

Um estudo das pesquisas sobre a militarização do ensino público em Goiás: proposituras, concretudes e horizontes

Oliveira, Daniel Lucas de Jesus¹
Carvalho, Renata Ramos da Silva²

RESUMO: O presente estudo tem como foco um conjunto de abordagens que investiga o processo de militarização de escolas públicas estaduais em Goiás. Amparados por instrumental empírico em caráter de estado da arte que compõe tese sobre o tema, empreendemos análise acerca da produção, circulação e natureza das pesquisas. Para tanto, buscamos apresentar e analisar o quadro de pesquisas, bem como compreender os dilemas que os pesquisadores da temática têm priorizado. Num segundo momento, elencamos os principais apontamentos contidos nos textos analisados. Assim, a partir do levantamento e da revisão integrativa da literatura especializada, observamos o produto acadêmico das discussões sobre o processo de transferência da gestão das escolas públicas goianas para a administração da Secretaria de Segurança Pública. Por fim, com base no nosso entendimento, indicamos algumas possibilidades para futuras investigações sobre este processo de militarização, com destaque para os desafios na direção de uma mudança de ênfase nas abordagens, haja vista a necessidade de avançarmos nos debates.

Palavras-chave: militarização; escola pública; pesquisa; políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

A proposta de discussão constitui parte de uma série de estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás - UEG/UnU Inhumas³. Ela estende algumas conclusões de tese de doutorado, no intuito de publicizar resultados e

¹ Bolsista CAPES no estágio de Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Inhumas. Doutor e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás. Email: daniellucashist@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5375375052477657>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1705-9853>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Universidade Estadual de Goiás - UEG (Unidade de Inhumas); Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9139962889438722>. ORCID: 0000-0002-7461-6698. E-mail: renata.ramos@ueg.br.

³ Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela parceria e fomento que possibilitou a realização do estágio de pós-doutoramento.

estabelecer debates com base em duas acepções fundamentais⁴. A primeira é que o processo de militarização das escolas estaduais em Goiás se consolidou; a segunda, que os esforços investigativos avançaram no que diz respeito à produção e publicação. Temos condições concretas de afirmar que o empreendimento se apresenta como um fenômeno político e social, com implicações de caráter econômico, político e ideológico, consubstanciadas em política educacional que produz impactos sociais efetivos.

Sendo assim, é a partir dos apontamentos dos pesquisadores da militarização que podemos constatar sua concretude como fenômeno social, e os impactos na vida daqueles que recorrem às condições oferecidas pela escola pública. Além disso, tais apontamentos nos possibilitam compreender as posições da opinião pública a respeito da expansão do modelo.

Quanto às pesquisas acadêmicas, conforme demonstraremos, o levantamento e a análise de teses, dissertações, artigos, livros, entre outros, permitem a verificação da produção e da circulação dos trabalhos sobre a militarização do ensino público no estado de Goiás. Nesse ditame, observamos que as investigações apontam predominantemente para um conjunto de contradições e tensões entre a realidade do processo e a intensa propaganda pró-militarização que visa legitimar o modelo perante a opinião pública.

A priori, é fundamental ressaltarmos a importância das pesquisas acadêmicas no sentido de desnaturalizar as idealizações da propaganda pró-militarização que, a partir de múltiplas determinações, acabam por se conectar com os interesses materiais concretos, como também subjetivos, dos segmentos sociais acerca de concepções de Escola. Contudo, é necessário avaliarmos o produto acadêmico sobre o tema, pensando no campo de produção, na dinâmica de circulação, proposituras, concretudes e na natureza dos trabalhos.

Nesse empreendimento, entendemos que o objeto é lido a partir de três perspectivas básicas. Primeiro, trata-se de uma leitura feita e difundida pelos interessados na militarização. Esse grupo, composto por agentes da Secretaria de Segurança Pública do Estado, Secretaria Estadual de Educação, políticos (sobretudo, prefeitos e deputados), parte da mídia e demais segmentos, entende o modelo como um ideal de escola. Assim sendo, sistematicamente é propagandeado, muitas vezes, como estratégia de dissimulação dos interesses políticos e das contradições imbuídas no processo. Contudo, tal leitura também coaduna com interesses

⁴ Tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, com o título: **Interesses de Frações de Classe e a Militarização do Ensino público em Goiás**.

concretos de frações de classe que, por sua vez, interpretam as condições oferecidas pelo modelo militarizado como adequadas às suas expectativas, heterogêneas e dotadas de subjetividade política. Ou seja, há um aceite e adesão popular à proposta.

De outro modo, há uma leitura intelectual que busca explorar os interesses e contradições da militarização, que se apresenta predominantemente crítica ao movimento. Neste artigo, debruçamo-nos sobre esse modo de leitura do processo. E, para nós, o conjunto de investigações acadêmicas sobre o tema, a título de entendimento, pode ser aventado em três momentos. A princípio, destacam-se os primeiros esforços que buscaram problematizar o fenômeno dos quais delimitamos como trabalhos pioneiros ou consolidados; segundo, o conjunto de pesquisas que vem sendo produzidas tem como referências os primeiros trabalhos; e, por fim, menos sintomático, os pesquisadores buscam estabelecer análises acerca de tudo aquilo que já foi e vem sendo produzido sobre a temática.

Com base nas premissas elencadas, intencionamos apresentar e discutir o produto acadêmico que envolve o objeto. Para tanto, empreendemos busca e análise de pesquisas que, mesmo não sendo produzidas por pesquisadores goianos, apresentam ênfase de abordagem circunscrita à experiência da militarização do ensino público no estado. Os critérios que embasam tal escolha têm como pressuposto o de que, em determinado momento, Goiás inaugura, intensifica e exporta o ideal de administração escolar militarizado. Segundo essa perspectiva, “a expansão do modelo teve início no apagar das luzes da década de 1990, em Goiás, ganhou fôlego no início desta década, estando presente, atualmente, em muitos estados e municípios” (Alves; Toschi, 2019, p. 583).

Desse modo, em um primeiro momento, recorreremos ao produto empírico de instrumental de tese em caráter de estado da arte das pesquisas sobre a militarização das escolas estaduais em Goiás como estratégia metodológica. Este estudo concentra investigações acadêmicas produzidas em duas instituições de ensino e pesquisa do estado, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Portanto, buscas foram realizadas, respectivamente, no Banco de Dissertações e Teses do Sistema de Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), e no repositório institucional do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Goiás. Consideramos ambas por se tratar das duas instituições que mais produziram pesquisas sobre o tema.

O referido levantamento considerou, como critérios de seleção, inclusão e exclusão,

uma busca orientada a partir dos seguintes descritores: a) militarização; b) escola militar; c) militarização em Goiás; d) o processo de militarização do ensino público em Goiás. Feita a leitura dos resumos e sumários, foram descartados todos os trabalhos que não se enquadravam no recorte objetivado.

Cabe destacar que o levantamento mobilizado nesta discussão foi realizado no contexto do ano de 2019. Portanto, abarca pesquisas publicadas até o limite desse mesmo ano. Contudo, constada a publicação de outros trabalhos, num segundo momento, com o intuito de ampliar o quadro de pesquisas para fins de visualização numa perspectiva amostral mais ampla, foram incluídas outras abordagens que compreendemos como fundamentais para a análise, ou seja, trabalhos que não foram selecionados no primeiro momento pelo estado da arte, mas que respeitam o critério de investigações sobre o caso goiano da militarização.

Optamos por conduzir o estudo a partir da perspectiva de uma revisão integrativa de literatura, justamente por compreendermos que é uma estratégia de abordagem ampla e que se incorpora aos nossos objetivos. Em outros termos, a revisão integrativa de literatura é uma abordagem ampla no sentido de que:

Combina dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos, como: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, análise de problemas metodológicos. Seleciona e avalia não só estudos primários (pesquisas), mas também revisões teóricas, relatos de experiências, e reflexões, publicados em periódicos e outros tipos de fontes (TCC, Dissertações, Teses etc.). Faz-se uma análise das evidências encontradas sobre o tema-foco, podendo ser do tipo categorial-temática ou outra modalidade de análise, e após faz-se a discussão com base em outras fontes (Teixeira *et al.*, 2013, p. 4).

A partir disso, organizamos o texto em três seções nas quais abordamos proposituras, concretudes e horizontes do conjunto de pesquisas analisadas. Assim, por proposituras, procuramos compreender quais discussões os pesquisadores têm priorizado. No que tange às concretudes, buscamos apresentar, em termos de síntese, os principais apontamentos feitos pelos trabalhos. E, por fim, já em caráter de conclusão, esforçamo-nos para pensarmos horizontes quanto aos desafios, possibilidades e pertinências para futuras abordagens. Portanto, o esforço é de publicizar conclusões obtidas a partir da análise das pesquisas que tratam da militarização do ensino público em Goiás.

1. As pesquisas sobre a militarização do ensino público em Goiás: proposituras.

Acerca da militarização e seu produto direto - os colégios militares - do ponto de

visa da experiência goiana do processo, Rafael Saddi Teixeira destacou os principais trabalhos em circulação no ano de 2018. Para Teixeira (2018), até aquele momento, constavam quatro dissertações e uma tese que fundaram bases para estudos posteriores. Trata-se, assim, de abordagens que buscavam problematizar as contradições e tensões entre a propaganda pró-militarização e a realidade pela qual o processo se efetiva.

Ainda segundo o autor supracitado, entre tais trabalhos, destacam-se a tese de doutorado em Educação, de Helena Beatriz de Moura Belle, *Escola de Civismo e Cidadania: ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás* (2011); a dissertação de mestrado em Letras e Linguística, de Raimunda Delfino dos Santos, com o título: *Genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiás-GO* (2010); a dissertação em Educação, de Sirley Aparecida de Souza, intitulada *Violências e Silenciamentos: a representação social do fenômeno bullying entre jovens de uma escola militar em Goiânia* (2012); a dissertação, *O regime punitivo do educar: um olhar sobre a educação pública no Estado de Goiás*, apresentada em 2016 por Sandra Mara Batista Gomes; e a dissertação na área da antropologia, de Nicholas Moreira Borges de Castro, “*Pedagógico*” e “*disciplinar*”: *o militarismo como prática de governo na educação pública do Estado de Goiás*” (2016).

Para além dos trabalhos mencionados por Teixeira (2018), a partir de levantamento em forma de estado da arte, identificamos outras discussões basilares⁴. Nesse contexto, destacamos a dissertação de mestrado em História, de Leandra Augusta de Carvalho Moura Cruz, *Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?* (2017); a dissertação em Educação, de Rafael José da Costa Santos, intitulada: *A militarização da escola pública em Goiás* (2016); a dissertação de Renata Lopes Silva Ribeiro, *Fundamentos e práticas do Colégio da Polícia Militar de Catalão: entre fardas, manuais e boletins* (2019); o estudo de Raimunda Delfino dos Santos (2010), *A genealogia dos regimentos internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia*; e de Neusa Sousa Rêgo Ferreira, *Gestão militar da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia* (2018).

Adiante, buscamos por outras pesquisas em circulação, tendo como critério qualquer abordagem que circunscrevesse investigação acerca da militarização em Goiás. Nesse ditame, a obra organizada por Ian Caetano e Victor Viegas, *O Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas* (2016), reúne seis artigos de pesquisadores que consideramos precursores nas discussões sobre o tema, incluindo os professores Dijaci David Oliveira, Francisco Mata Machado e, já citado, Rafael Saddi

Teixeira. Até aqui podemos denominar tais trabalhos como tradicionais, contudo, optamos por classificá-los como “trabalhos consolidados”, pois formaram base para discussões posteriores, sendo assim pioneiros nos estudos sobre o processo em Goiás.

Doravante, acessamos os três últimos trabalhos de maior relevância e mais recentes acerca do tema: a dissertação de Eduardo Junio Ferreira Santos, *Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências* (2020); a pesquisa de autoria de Edna Rodrigues Araujo, *Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – CEPMG: um estudo com foco no discurso da qualidade de ensino e seus dispositivos de verdade*, tese defendida em 2021 pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás; seguida da tese, *Interesses de frações de classe e a militarização do ensino público em Goiás*, de autoria de Daniel Lucas de Jesus Oliveira, defendida em 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Assim, os trabalhos de Araujo (2021), Belle (2011) e Oliveira (2022) somam, juntos, três teses de doutorado sobre a militarização em Goiás.

Não obstante, é preciso considerar a constatação dos esforços sistêmicos das pesquisadoras Miriam Fábria Alves e Mirza Seabra Toschi⁵. De suas diversas publicações sobre o tema, destacamos o estudo das autoras com o título: *A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil* (2019). É muito provável que esse seja o primeiro trabalho que propõe analisar a produção e a circulação de pesquisas da área da Educação sobre o objeto.

Aqui é necessário pontuar que o quadro apresentado não abarca todas as produções em circulação, apenas aquelas comportadas dentro do recorte, ou verificadas em um segundo momento. Isso se deve ao fato da percepção adquirida a partir de colóquios, simpósios e demais discussões nos círculos acadêmicos que nos dão indícios concretos da constante produção e publicação de novas pesquisas.

Todavia, com base na análise geral dos trabalhos, temos então condições de ponderar sobre a natureza, dinâmica e ênfase das abordagens.

2. Os apontamentos e debates das pesquisas acadêmicas acerca da militarização do ensino público em Goiás: concretudes.

⁵ Nossa acepção é de que Alves e Toschi exercem constantes contribuições no campo da pesquisa, publicações, do debate e demais eventos em que o processo de militarização e terceirização do ensino público é tema a ser discutido.

A priori, em relação aos campos de origem das pesquisas, verificamos que a maioria dos trabalhos publicados é oriunda da área da Educação e de pesquisadores com formação no curso de Pedagogia. O Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás se destaca como instituição que mais produziu pesquisas sobre a militarização. Quanto ao aporte teórico, em seu estudo, Oliveira (2022) aponta para a predominância de discussões que fundamentam análises a partir do pensamento de Michel Foucault (1926-1984). Nesse sentido, tal predominância indica a tendência dos pesquisadores em empreender discussões acerca dos aspectos rotineiros das instituições. Ou seja, é sintomática nas pesquisas a preocupação com as tensões entre campo pedagógico e disciplinar.

Outro indicativo diz respeito ao volume de pesquisas em circulação. Como mencionado, para Teixeira (2018), até o ano de 2018 havia uma carência de abordagens empíricas sobre o movimento de transferência da administração das escolas estaduais para a Secretaria de Segurança Pública de Goiás, considerando que o processo no estado corria há mais de duas décadas. Por outro lado, Alves e Toschi (2019) identificam um crescimento exponencial de trabalhos produzidos nas universidades brasileiras, visto, porém, que os primeiros artigos sobre o tema começaram a circular somente entre 2018 e 2019. Entretanto, identificamos que pesquisadores goianos publicavam trabalhos já no final da década de 2000, concentrando maior fluxo entre os anos de 2010 e 2015.

Semelhantemente a Teixeira (2018), porém numa perspectiva mais ampla, Alves e Toschi (2019) identificaram que a divulgação nos periódicos ainda é muito incipiente, tendo obtido pouco espaço nas publicações brasileiras no conjunto das temáticas em educação. Segundo as autoras,

[...] as dificuldades e o modelo que inspira essa produção acadêmica, podemos sinalizar que ainda precisamos de maior articulação entre os pesquisadores da área, das perspectivas pesquisadas e a divulgação do conhecimento produzido. Há muito material jornalístico sobre o tema, mas foi nossa decisão não incluí-los nessa pesquisa bibliográfica, o que indica a necessidade de novos estudos que os considerem como fonte (Alves; Toschi, 2019, p. 643).

Desse modo, a quantidade de abordagens recai sobre questões de divulgação e articulação, e não, necessariamente, de produção.

Posto isso, acordamos que atualmente o número de trabalhos publicados, como também a tendência de novas publicações, tenha superado a ideia da baixa quantidade de produção e circulação das pesquisas acadêmicas sobre o tema. Nesse caso, seria necessária

uma investigação empírica sobre a questão. De todo modo, defendemos a tese de que hoje contamos com um amplo quadro de pesquisas que viabilizam o entendimento da dinâmica, da natureza do processo e seus desdobramentos. Portanto, já não se trata de incipiência, pois muito já foi escrito sobre militarização do ensino público tanto no estado quanto em outras regiões.

Tal assertiva ancora-se no entendimento de que, para além dos trabalhos publicados e da tendência de novas publicações, sem perder de vista a obra organizada por Caetano e Viegas (2016), no que pôde ser constatado, dispomos de no mínimo dois dossiês que juntos totalizam cerca de 27 artigos, dentre outros textos que abordam os aspectos gerais do processo⁶. São artigos que discutem o objeto com base em experiências regionais e que também incluem a experiência goiana da militarização. Portanto, atualmente, é um objeto de estudo amplamente investigado com a eminência de novas abordagens.

A partir desta análise, compreendemos que as discussões apresentam uma estrutura de abordagem que se materializa na seguinte dinâmica: a) realizam a construção de uma linha temporal e de historicização do surgimento dos espaços de ensino de administração militar no Brasil, sendo sintomático, nesse ditame, o esforço dos pesquisadores em estabelecer uma definição entre as diretrizes das escolas militares tradicionais e dos colégios militares; b) apresentam - seja em forma de estado da arte, levantamento bibliográfico ou revisão de literatura - o conjunto de trabalhos acadêmicos sobre o tema; c) produzem a investigação do processo de construção da legalidade e legitimação do movimento de transferência para a administração militarizada das escolas públicas, cujas estratégias de legitimação são sistematicamente confrontadas pelos pesquisadores que abordam as contradições políticas, jurídicas, constitucionais, ideológicas e mercadológicas imbricadas nos discursos pró-militarização, sobretudo dos interesses políticos paralelos ao processo; d) problematizam os impactos sociais e as tensões entre a dinâmica da militarização e o cotidiano das famílias que recorrem às condições oferecidas pela escola pública, excludente, da militarização e a comunidade escolar desde o processo de seleção à cobrança da taxa; e) discutem as tensões entre o campo disciplinar e o pedagógico e ações rotineiras das instituições.

Os elementos apreendidos perpassam todas as pesquisas analisadas, em menor ou maior densidade de abordagem, a depender da discussão objetivada. Entretanto, é uma

⁶ Artigos publicados na **Revista Brasileira de Políticas e Administração da Educação** (RBPAE) e revista **Retratos da Escola**, com o dossiê **Militarização das Escolas Públicas no Brasil**.

dinâmica consolidada e isso independe da natureza dos textos, sejam trabalhos de conclusão de curso, artigos, dissertações ou teses.

Com base nesses apontamentos, a acepção é de haver um arquétipo no que diz respeito à estrutura dos trabalhos analisados. Trata-se de um estilo recorrente, um modo sintomático pelo qual se investiga e se apresenta a militarização, quadro que não altera a qualidade e a relevância dos esforços⁷. Entretanto, acordamos que a ênfase nessa dinâmica implica também a recorrência de conclusões similares acerca da temática. Ou seja, mesmo a partir de múltiplas abordagens e campos, alcançam-se, efetivamente, os mesmos elementos, conforme os sintetizados anteriormente.

Doravante, nas pesquisas acadêmicas, predominam leituras críticas ao processo de militarização do ensino público goiano. Segundo Oliveira (2022, p. 33), leituras críticas da militarização podem ser compreendidas como o conjunto, quase em sua totalidade, de pesquisas que

[...] apresentam e discutem as contradições, tensões e conflitos sociais das transferências, como, por exemplo, da dinâmica de exclusão sistemática dos estudantes pobres e dos interesses políticos que instrumentalizaram o Estado goiano para a implementação massiva e autoritária do modelo de administração militarizado.

O foco das leituras críticas perpassa discussões acerca dos interesses políticos e mercadológicos da militarização. Porém, a questão da dinâmica de exclusão sistêmica das famílias pobres dos colégios militarizados é um dos pontos mais abordados na totalidade dos trabalhos publicados, seguida pela problematização das contradições na composição e divulgação dos índices de avaliação externa. Semelhantemente, o debate sobre o viés ideológico e a pedagogia com ênfase na disciplina e hierarquia são pontos fundamentais nas discussões.

Tais leituras são proeminentes em trabalhos de autores como, por exemplo, Alves e Toschi (2019), Belle (2011), Caetano e Viegas (2016), Castro (2016), Cruz (2016), Paulo (2019), Ferreira (2018), Gomes (2016), Oliveira (2016), Ribeiro (2019), Teixeira (2015, 2016, 2018), Santos (2010), Santos (2016), Souza (2012), Tavares (2016), Veloso e Oliveira (2016).

⁷ No que diz respeito ao alinhamento das estruturas, compreendemos ser fruto de uma condição trivial, no sentido de que, à medida em que os trabalhos vão se sucedendo, mutualmente, acabam por reproduzir uma forma peculiar de organização e apresentação do texto. Ou seja, a aparente estruturação padronizada dos trabalhos é reflexo de um diálogo entre pesquisadores que implica um modo comum de referir-se ao objeto. Nesse sentido, a similaridade não implica diretamente o produto dos esforços, pois cada pesquisa busca acessar determinados elementos.

A título de entendimento, denominamos esses autores como “críticos da militarização”, pois são trabalhos consolidados cujos autores se posicionam predominantemente em acordo quando defendem que a militarização é uma política educacional autoritária, inconstitucional, excludente e que o movimento cotidiano do seu produto direto - os colégios militares - fere os princípios de gestão e relações de ensino e aprendizado de natureza democrática, dentre outros fatores. Estando tais elementos recorrentes na quase totalidade dos trabalhos, observamos uma “estabilidade” tanto nas estruturas das abordagens quanto nas conclusões das investigações.

Acerca das conclusões, sobretudo quando se trata das leituras críticas, entendemos que esse quadro esteja vinculado aos efeitos da mobilização de determinados conceitos e categorias para a interpretação do objeto. Categorias estas universais, herdadas da tradição iluminista, de apelo republicano aos ideais de igualdade, democracia, direitos humanos, cidadania, razão, ciência e autonomia. São, pois, concepções educacionais progressistas que atribuem à escola processos emancipatórios e humanistas. Sobre essa questão, Oliveira (2022, p. 28) aponta, em seu estudo, que

[...] a análise geral dos trabalhos indicou não haver discrepâncias substanciais entre as pesquisas. Ou seja, até o momento não há debates entre as produções. Portanto, basicamente os trabalhos estão consoantes a uma leitura crítica do objeto e, até então, não havia sido constatado abordagens que aludissem a um hipotético caráter positivo do processo de militarização e seu modelo de administração escolar. Desse modo, notamos que as investigações tendem a confluírem em pesquisas que apontam para o caráter predominantemente contraditório, tanto do ponto de vista constitucional, institucional, jurídico, pedagógico e social da militarização e dos colégios militares.

Contudo, ainda com base no autor, um dos pontos que consideramos fundamental no seu estudo diz respeito ao fato de também ter alcançado trabalhos não alinhados com as conclusões das leituras críticas da militarização.

Essas são abordagens que destoam das pesquisas consolidadas, pois apresentam leituras que enfatizam elementos da dinâmica da militarização e dos referidos colégios, habitualmente lidos como controversos pela maioria dos pesquisadores, mas são explorados em outras perspectivas por autores e trabalhos já citados, como Silva (2009), *Hierarquia e disciplina no Colégio da Polícia Militar: estudo de caso no CPMG Dr. Cezar Toledo*, e Araujo (2021), *Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – CEPMG: um estudo com foco no discurso da qualidade de ensino e seus dispositivos de verdade*.

Silva (2009, p. 28), a partir do estudo realizado em um colégio militar de Goiás, aponta para as seguintes conclusões:

O Colégio da Polícia Militar de Anápolis é uma escola segura; 2- A não violência no Colégio Militar está ligada à presença da Polícia Militar no interior e nas proximidades daquela unidade de ensino tanto no período de aula ou não, e pela filosofia de trabalho que lá é aplicada, ou seja, a hierarquia e a disciplina militar; 3- O ambiente educacional favorece o ensino-aprendizagem e os bons resultados obtidos pelo CPMG, tanto no ENEN como nos vestibulares é fruto dessa política de ensino; 4- A ostentação de insígnias e medalhas no uniforme dos alunos com melhor aproveitamento não gera ciúmes ou discriminação por parte daqueles que não conseguem os mesmos resultados, antes servem de incentivo para que se esforcem um pouco mais.

A questão da segurança na escola é uma condição complexa a depender da perspectiva de análise, podendo apresentar concretude, precisando, portanto, ser problematizada para além das leituras homogêneas, seja ela uma leitura crítica ou de exaltação. Por outro lado, a composição e a divulgação dos índices de avaliação externa⁸, como aprovação no Enem e vestibulares, são amplamente questionadas por pesquisadores críticos da militarização. Do mesmo modo, a questão das premiações pelo desenvolvimento escolar é um ponto de tensão debatido nas pesquisas.

Semelhantemente a Silva (2009), Araujo (2021) defende a tese de que os colégios militares são expressões do interesse da sociedade goiana. Assim sendo, em sua investigação, a autora destaca expressões deste anseio, como, por exemplo, os enunciados de:

[...] “disciplina”, “hierarquia”, “ensino”, “qualidade”, “respeito”, “segurança”, “educação”, “professores”, “compromisso”, “responsabilidade”, “custo”, “educação”, “professores”, “compromisso”, “segurança”, “responsabilidade”, “organização”, “excelência”, “ordem”, entre outros, são verdadeiramente expressões fortes e de peso decisório para os pais (Araujo, 2021, p. 105).

Nesse sentido, para a autora, essas são expressões que compõem

[...] as bases da construção discursiva e os 105 principais dispositivos de verdade atribuídos aos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – CEPMG – que legitimam e fazem desses colégios o grande diferencial para educação em Goiás para os pais que optam por essa modalidade de ensino para seus filhos (Araujo, 2021, p. 104).

Os apontamentos tanto de Araujo (2021) quanto de Silva (2009) contribuem para o entendimento do objeto em questão. Entretanto, para Oliveira (2022), tais conclusões são passíveis de debate à medida que não abarcam a totalidade e a concretude do que seja a militarização e seu produto. Nesse sentido, são elementos que, enfatizados, tendem a se conectar com a propaganda pró-militarização. Mas, através das pesquisas, compreendemos que as estratégias e tentativas de legitimação do processo não se sustentam em sua totalidade,

⁸ A exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

pois são circundadas de tensões e contradições.

Posto isso, é preciso problematizar tais enunciados para compreendermos o sentido de sua construção e manifestação, pois são

[...] enunciados na qual (*sic*) o aparente apego a fatores como segurança, disciplina, hierarquia, moral e civismo são os principais marcadores mobilizados, exaltados e propagandeados pelos interessados na militarização. Desse modo, é preciso questionar como eles se conectam ou conflitam com os interesses concretos das famílias. Do mesmo modo, problematizar se o aceite é espontâneo, voluntário, induzido ou pragmático. Ao contrário disso, permanecemos às margens da materialidade do objeto; fornecermos (involuntária ou voluntariamente) elementos que poderão compor os mecanismos, estratégias e tentativas de legitimação da militarização. Pois, quando articulados em pressupostos acadêmicos e científicos, acabam por se afastarem das discussões meramente opinativas ajustando-se aos interesses políticos do processo (Oliveira, 2022, p. 37).

Portanto, defendemos o argumento de que a militarização não pode ser definida unicamente pela crítica, visto que a materialidade do referido objeto é carregada de tensões, adesões, resistências e subjetividades políticas, bem como pela ênfase em elementos exaltados e que compõem a propaganda pró-militarização. Isso pelo simples fato de que tais elementos, mesmo que em certo limite, correspondem ao movimento cotidiano que envolve a vida das famílias influenciadas pela militarização e colégios militares, elementos estes que tomam uma conotação idealista porque são idealizados dentro das estratégias de legitimação. Logo, por mais que os pontos elencados expliquem boa parte das motivações que orientam famílias em busca do referido modelo, ainda assim são apenas pontos.

Posto isso, a compreensão da concretude e da conexão de tais enunciados com os interesses concretos de seguimentos sociais é, no nosso entendimento, uma questão fundamental. Nesse empreendimento, entendemos que a abordagem de Araujo (2021) e Silva (2009) potencializa futuros debates, haja visto que, em nossa análise, o debate ainda é uma prática incipiente entre as pesquisas do referido objeto.

Tendo em vista que muito já foi dito, o que ainda deveras ser dito acerca da militarização do ensino público? Horizontes.

A partir da experiência de pesquisa sobre a temática, ainda vislumbramos um conjunto de outras possibilidades no que diz respeito a futuras abordagens, sendo, pois, indicações de perspectivas investigativas que podem contribuir com o campo de pesquisa, ao ampliar os debates e evitar uma possível “saturação” das investigações sobre o tem⁹.

⁹ A ideia de saturação tem como base a experiência a partir da observação geral dos trabalhos. O intuito é de que essa questão seja discutida detidamente em outro texto. Por ora, restringimo-nos ao argumento de que muito já se

Acreditamos ser pertinente discutir “elementos marginais”, ou seja, o que foge daquilo que é habitualmente discutido pelos pesquisadores, como apontamos. Trata-se de uma necessidade de pesquisar visando desconstruir conclusões homogêneas.

Destarte, são possibilidades que incluem: 1) discutir para desconstruir a visão homogeneizante dos colégios militares, pois não temos condições empíricas de afirmar que todas as unidades correspondem à mesma realidade administrativa, estrutural, socioeconômica, sociocultural e geográfica, mas formulamos conclusões com base nesta leitura; 2) repensar a ideia de colégios militares como reduto de classe média, pois, a exemplo da primeira problemática, não tivemos assertivas empíricas que sustentassem tal interpretação; 3) problematizar as experiências e manifestações de resistência, seja na efetividade dos movimentos sociais organizados ou mesmo se tratando de expressões sutis que materializam resistências contra o modelo, dentro e fora das instituições; 4) desconstruir, principalmente no ponto de vista acadêmico, a ideia de que estudantes dos colégios militares são agentes passivos, que estão plenamente inertes pela dinâmica de hierarquia e disciplina, bem como a aceção de que a prática docente é efetivamente coagida e limitada através do controle pedagógico militar; 5) pensar os processos de flexibilização da lógica militar no interior de algumas escolas devido à redução, por vários fatores, do quantitativo de estudantes, visto que, por meio da experiência, algumas unidades estão reduzindo o número de salas de aula, tendo em conta a evasão estudantil, seja pela impossibilidade de arcar com as taxas, pela não adaptação ao modelo ou mesmo pelo desencantamento com as condições oferecidas, fato que defendemos; 6) buscar compreender o processo de retomada dos espaços de ensino público militarizados pelos filhos de famílias de trabalhadores pobres, uma vez que tal processo, somado aos efeitos do acirramento das contradições do capitalismo, induz ao não pagamento das taxas cobradas nas instituições. Desse modo, o diferencial oferecido pelos colégios, subsidiado pela cobrança das taxas, é posto em xeque.

Em síntese, consideramos produtivas as problematizações acerca das novas formas de financiamento do modelo, sobretudo a que visa discutir o real alcance do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e os desdobramentos a partir da decretação do seu fim com a transição governamental 2022-2023. Concernente, a assertiva de Castro (2016) indica uma “massificação” do modelo no estado, por meio da qual se intensificou o número de escolas militares ao ponto de que colégios militares deixaram de disputar contingentes de

foi dito pela militarização. Do mesmo modo, majoritariamente, os apontamentos das pesquisas se aglutinam de forma estável.

estudantes com outras escolas públicas e particulares, redirecionando essa concorrência entre os próprios colégios militarizados, em razão do que compreendemos como “descrença” com o modelo de escola. Isso se dá principalmente pelo fato de entendermos que o sucesso do modelo dependia também da intensa polarização político-ideológica, através da qual a agenda conservadora sistematizou ataques no intuito de deslegitimar a escola pública.

Entendemos que esses são elementos a serem problematizados, considerando suas implicações no imaginário social. E nos importa que a problematização possa contribuir com a expansão dos debates, podendo indicar um processo de ressignificação da lógica militarista de espaços escolares como resposta a uma nova postura e atitude das famílias acerca das formas e funções da Escola. Por fim, constatadas as contribuições dos pesquisadores do tema, é fundamental que concentremos esforços com o objetivo de superar apontamentos de trabalhos consolidados, no sentido de reavaliar o que já fora dito e inovar no porvir das discussões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo enfatiza um conjunto de pesquisas que investiga a militarização do ensino público em Goiás. Aparados em um quadro empírico, procuramos estabelecer uma análise acerca da dinâmica e natureza dos principais trabalhos sobre a temática em circulação. Desse modo, foi possível verificarmos proposituras, concretudes e possíveis horizontes para as pesquisas que tratam da militarização

A respeito das proposituras, verificamos que, atualmente, encontra-se disponível uma quantidade significativa de trabalhos sobre o tema, bem como a tendência de novas pesquisas. Assim, entendemos que a militarização das escolas estaduais se tornou um fenômeno político-social amplamente pesquisado. Nesse ínterim, os pesquisadores concentram esforços para investigar a dinâmica da militarização, baseando-se em análises a partir de pressupostos jurídicos, constitucionais e a interpretando a partir de categorias universais iluministas e de concepções pedagógicas republicanas.

No tocante à concretude, concluímos que o conjunto de pesquisas analisadas apresenta discussões que possibilitam o entendimento do tema com efetiva qualidade. Nesse ditame, acordamos ser sintomáticas abordagens críticas à militarização, pois elas indicam haver elementos de contradição entre a propaganda pró-militarização e a realidade pela qual o processo perpassa. Assim sendo, concluímos que muito já foi dito sobre a militarização no

estado.

Não obstante, vislumbramos um padrão nas estruturas das pesquisas analisadas, como também o consenso entre os pesquisadores acerca do caráter do processo e do seu produto direto, os colégios militares. Assim, a partir da análise das pesquisas, pode ser observada uma “estabilidade” no modo de pesquisar e pensar a militarização, e essa condição se materializa nas conclusões dos pesquisadores.

Contudo, também constatamos trabalhos que apresentam outras leituras no que diz respeito às questões, como, por exemplo, segurança na escola, índices avaliativos e relações entre o campo disciplinar e o pedagógico. Portanto, são trabalhos que destoam daqueles que identificamos como abordagens críticas do processo, conforme a quase totalidade dos trabalhos consolidados.

Visto isso, acordamos que o horizonte sobre a temática está aberto para possibilidades de pesquisas. Primeiro, há o indicativo de que os debates entre os pesquisadores possam fomentar novas discussões; segundo, pelo que entendemos de desafios, os pesquisadores terão de enfrentar à medida que for necessário apresentar novos elementos e inseri-los nos debates.

Nesse sentido, defendemos uma mudança de ênfase e foco nos estudos da militarização do ensino público.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; TOSCHI, M. S. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **RBPAE-Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.96283>

ARAUJO, Edna Rodrigues. **Colégios Estaduais da Polícia Militar De Goiás – CEPMG: um estudo com foco no discurso da qualidade de ensino e seus dispositivos de verdade**. 2021. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021.

BELLE, Helena Beatriz de Moura. **Escola de civismo e cidadania: ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás**. 2011. 276 f. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011.

CAETANO, Ian; VIEGAS, Victor (orgs.). **O Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas**. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016.

CASTRO, Nicholas Moreira Borges de. **“Pedagógico” e “disciplinar”**: o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo**. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

FERREIRA, N. S. R. **“Gestão militar” da escola pública em Goiás**: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

GOMES, Sandra Mara Batista. **O regime punitivo do educar**: um olhar sobre a educação pública no Estado de Goiás. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, Daniel Lucas de Jesus. **Interesses de frações de classe e a militarização do ensino público em Goiás**. 2020. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

OLIVEIRA, Dijaci David de. As escolas militares: o controle, a e cultura do medo e da violência. *In*: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (orgs.). **Estado de Exceção Escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 41-49.

PAULO, Weslei Garcia de. **Militarização do ensino no Estado de Goiás**: implementação de um modelo de gestão escolar. 2019. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

RIBEIRO, Renata Lopes da Silva. **Fundamentos e práticas do Colégio da Polícia Militar de Goiás**: entre fardas, manuais e boletins. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Acadêmica Especial de Educação, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

SANTOS, C. A.; ALVES, M. F.; LACÉ, A. M. Militarização das escolas públicas no Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. **Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 17, n. 37, jan./abr. 2023.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. 2020. 442 f. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A militarização da escola pública em Goiás**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. **A genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVA, Sirismar Fernandes. Hierarquia e disciplina no Colégio da Polícia Militar: estudo de caso no CPMG Dr. César Toledo. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 2, n. 1, p. 15–30, 2009.

SOUZA, Sirley Aparecida de. **Violências e Silenciamentos**: a representação social do fenômeno *bullying*, entre jovens de uma escola militar em Goiânia. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. *In*: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (orgs.). **Estado de Exceção Escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 53-63.

TEIXEIRA, Elizabeth *et al.* Revisão Integrativa da Literatura passo-a-passo. **Revista de Enfermagem da UFPI**, Teresina, v. 2, n. 5, 2013.
DOI: <https://doi.org/10.26694/reufpi.v2i5.1457>.

TEIXEIRA, Rafael Saddi. Colégio da Polícia Militar excluem os alunos mais pobres. **Diário da Manhã**, Goiânia, 6 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.dm.com.br/cultura/2015/08/colegiosda-policia-militar-excluem-os-alunosmais-pobres.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

TEIXEIRA, Rafael Saddi. A exclusão dos alunos mais pobres nos Colégios Militares. *In*: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (orgs.). **Estado de Exceção Escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 67-69.

TEIXEIRA, Rafael Saddi. Teses e dissertações sobre os Colégios da Polícia Militar em Goiás. **Adunicentro Sindicato dos Docentes**, 16 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/adunicentro/posts/d41d8cd9/1267021166763327/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

VELOSO, Ellem Ribeiro; OLIVEIRA, Nathália Pereira. Nós perdemos a consciência?: apontamentos sobre a militarização de escolas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. *In*: OLIVEIRA, Ian Caetano de; VIEGAS, Victor (orgs.). **Estado de Exceção Escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 71-84.